

Os novos tempos chegaram

Daniela Osvald Ramos

A digitalização da comunicação torna possível a reunião de mídias que antes não conviviam em um só suporte. *Comunicação digital e a construção dos commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação* reúne artigos de autores envolvidos com as questões políticas deste novo cenário da comunicação. O livro é licenciado pelo Creative Commons, o que significa que os autores permitem que seu conteúdo seja reproduzido, integral ou parcialmente, desde que a fonte seja citada. Qualquer pessoa pode alterar e se apropriar dos textos para a produção de outros, sob a condição de que o resultado também seja distribuído com a mesma licença. Ou seja, já se anuncia o comprometimento com a lógica da digitalização e das redes: livre apropriação e distribuição de informação.

Em um primeiro momento, pode-se estranhar a opção pela não tradução do termo “commons”, palavra-chave no livro. Mas o artigo introdutório, de Yochai Benkler, mostra como é difícil (e quase impossível) resumir o conceito que envolve esta palavra. “Commons são espaços institucionais em que podemos praticar um tipo particular de liberdade – a liberdade em relação a restrições que são normalmente aceitas como condições necessárias para mercados funcionais” (p. 11). Ao contrário do que costumeiramente pensamos, a informação e a comunicação podem ser vistas e geridas com regras diferentes do que as praticadas atualmente no âmbito do direito de propriedade. Assim, entender o conceito dos “commons” torna-se imprescindível para a compreensão do direito que todos têm em se comunicar e informar livremente, sem a necessária imposição de licenças específicas do mercado. “O tipo de commons mais bem sucedido são as calçadas, ruas e rodovias que recobrem a nossa terra e são a base da nossa

Comunicação digital e a construção dos commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação

Gustavo Gindre, João Brant, Kevin Werbach, Sérgio Amadeu da Silveira e Yochai Benkler

São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, 174 p.



capacidade de nos mover de um lugar para o outro” (p.13). Desta forma, pode-se pensar na informação também como um bem público, e a nota do editor (p.15) não deixa dúvidas quanto à natureza deste objeto em discussão: “ ‘Bem público’ aqui se refere à tradução da expressão *public good*, que em economia representa os bens que não são rivais, isto é, cujo consumo por indivíduo não reduz a quantidade do bem disponível para consumo pelos outros”.

Em “Redes virais e espectro aberto: descentralização e desconcentração do poder comunicacional”, Sérgio Amadeu pontua a dicotomia dos bens materiais e bens imateriais e explica como funciona o protocolo de internet TCP/IP, essencial para entendermos as normas que regem o funcionamento das redes. Amadeu escreve também sobre os conceitos inerentes ao funcionamento das redes, como arquitetura, topologia e roteamento, necessários para que reconheçamos as escolhas em jogo. Essas escolhas não são soluções socialmente neutras, pois determinarão a forma como os computadores se comunicam entre si e, conseqüentemente, suas possibilidades de uso.

Ainda neste processo, há a complexa questão da apropriação dos bens imateriais e simbólicos e os modelos de negócios monopolistas e capitalistas que funcionavam e agora não funcionam mais, notadamente o exemplo das empresas telefônicas. Com a tecnologia VoIP, voz sobre IP, essas empresas começaram a perder muito da sua lucratividade, pois elimina-se o intermediário e usa-se a estrutura de rede para a comunicação direta entre as pessoas, sem a necessidade de pagamento de tarifas para empresas de telefonia. Assim, grandes empresas americanas como AT&T, Verizon, Comcast e Time Warner querem que seus pacotes de dados sejam transferidos mais rapidamente (p.38) na internet, o que cercaria a livre transferência de dados na rede: “O que está em disputa é a liberdade de expressão e de circulação de idéias, atacada por uma ditadura não-estatal, de mercado. Para manter sua lucratividade, as empresas de telecom querem alterar o futuro da tecnologia e impor restrições financeiras à liberdade do fluxo de conteúdos” (p. 40). Daí o conceito de redes virais, ou rede mesh (p.47), que não precisam da infra-estrutura das telefônicas, já que cada computador conectado vira um retransmissor de sinal.

Kevin Werbach, na seqüência, defende que repensemos as leis que regem o uso da concessão do espectro para uso de rádio e exemplifica com o “mito da escassez”: no começo do século XX podia fazer sentido não explorar o espectro radiofônico para uso livre, mas hoje isso já não faz mais sentido, com o desenvolvimento da tecnologia sem fio, tema sobre o qual o autor também trata no artigo, e as políticas públicas destes usos. “Os computadores tornaram os equipamentos sem fio muito mais inteligentes do que no passado. Já é tempo de as nossas políticas também se tornarem inteligentes” (p. 89), lembra Werbach.

João Brant pega o gancho de Werbach e discute a regulação do espectro, mas pensando também na TV e nas mudanças de conteúdo veiculado, caso o espectro fosse aberto a um maior uso pela sociedade. Brant também explica, em “Novos modelos, novas possibilidades, novos riscos: como as mudanças na gestão do espectro podem impactar a pluralidade e a diversidade de conteúdo” um pouco da lógica da economia de rede, que lida essencialmente com informação, e, de novo, este é um bem “intangível e não-rival” (p. 95). Coloca a questão do interesse público, uma vez que a adoção da pluralidade e diversidade de conteúdo permitidas pela digitalização e redes permite a abertura e nova regulamentação do espectro, refletindo sobre os possíveis rumos da radiodifusão.

No artigo final, Gustavo Gindre propõe parâmetros para pensarmos nas formas de regulação (estabelecer as regras) e regulamentação (redigir e publicar estas regras) das novas mídias com o artigo “Agenda de regulação: uma proposta para o debate”, colocando em pauta a convergência das mídias, conceitos-chave e as camadas que organizam e estruturam a comunicação em rede. Assunto novíssimo e polêmico, pois “(...) não há modelos prontos sobre como exercer a regulação deste processo de convergência” (p. 129), e nem mesmo “consenso sobre a necessidade ou não de exercer processos regulatórios” sobre a convergência. O importante, no entanto, é mapear este território ainda pouco explorado, o que o livro cumpre.

Daniela Osvald Ramos é doutoranda em Interfaces Sociais da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, jornalista e professora de Novas Tecnologias da Comunicação na Faculdade Cásper Líbero.